



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PAE 9.655/2020

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Ordinário - Cursos – inscrições

1.2 Unidade Demandante

Unidade	COFIC – Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Data	02/04/2020
Resposável pela demanda		José Luiz Sobierajski Junior	

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 45 - Cursos – inscrições

1.4 Valor Estimado

R\$ 3.148,00 [os 100 (cem) primeiros inscritos terão 50% de desconto, totalizando R\$ 1.574,00]

2 Contexto

2.1 Motivação

A participação das servidoras nesse evento é imprescindível em face das alterações na gestão tributária de contratos e convênios advindas do final do exercício, todas de aplicação imediata. A atualização do conhecimento normativo é indispensável para o resultado do trabalho desenvolvido na Seção de Preparação de Pagamentos e Análise tributária, além de permitir a multiplicação dos conhecimentos adquiridos e a atualização dos materiais de consulta disponíveis.

2.2 Resultados Esperados

Por tratar-se de curso completo, sobre a incidência do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelos órgãos públicos das diversas esferas de governo, que contempla de forma dinâmica as recentes alterações das normas vigentes acerca da matéria, ministrado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

por renomado autor de uma das obras mais completas nessas áreas de atuação, certamente teremos o potencial de interpretação normativa dos servidores da COFIC aprimorado e ampliado para melhor aplicar a teoria à prática.

2.3 Alinhamento Estratégico

Plano Estrat. Instit. - PEI: SOCIEDADE: 1 - Garantia dos direitos da cidadania; 2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa. PROC INTERNOS: 1 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. PESSOAS/RECURSOS 1 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; 2 - Fortalecimento da governança.

Plano Anual de Capacitação - PAC/Exerc 2020: Plano de Capacitação Técnica - Gestão Administrativa – Contratos - Atualização; Otimizar a utilização da verba orçamentária destinada à formação e aperfeiçoamento do servidor. Preferência por cursos EAD. Promover o desenvolvimento técnico dos servidores.

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

Menos de 1 ano De 1 a 3 anos Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

1 unidade 2 unidades 3 unidades Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Nádia Issa Musse
Telefone	7431
<i>E-mail</i>	nmusse@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Ana Claudia da Silva Gubert
Telefone	7430
<i>E-mail</i>	agubert@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SPPAT - Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

Contratação do curso à distância: “Especialista em Retenções Tributárias”



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Análise de Viabilidade da Contratação

1.1 Contextualização

Considerando a importância da gestão tributária de contratos e, em especial, as constantes alterações que sofrem as normas de tão complexa disciplina, é imprescindível que os servidores que atuam nessa área sejam capacitados.

Referida capacitação, cujo objetivo é subsidiar as atividades desenvolvidas nesta Coordenadoria, permitirá a aquisição e a multiplicação dos novos conhecimentos absorvidos, tanto sobre a legislação vigente, quanto às boas práticas correlatas ao tema do curso. Além de permitir a atualização dos materiais de consulta disponíveis.

1.2 Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Nádia Issa Musse
Substituto	Ana Cláudia da Silva Gubert
Integrante Técnico	Felícita Sousa Valverde
Substituto	Synara Corrêa de Paula Negrão
Integrante Administrativo	Giovanni Turazzi
Substituto	Victor Pereira de Castro

1.3 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Curso com carga horária equivalente ou superior a 24 horas que abarque em seu conteúdo programático a discussão sobre a importância da Gestão tributária, incidência do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelos órgãos públicos das diversas esferas de governo, que contemple de forma dinâmica as recentes alterações das normas vigentes acerca da matéria.

1.4 Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Contratação por inexigibilidade. A empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora apresenta bom conceito junto ao mercado, trabalhando com profissionais com notória especialização. Anexo, proposta de treinamento – Especialista em Retenções Tributárias.

1.5 Contratações Públicas Similares

A empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora está oferecendo o curso, num primeiro momento, aos clientes que possuem o Sistema Web Gestão Tributária.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6 Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não se aplica.

1.7 Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Não se aplica.

1.8 Custos Totais da Demanda

O valor de R\$ 1.574,00 (um mil e quinhentos e setenta e quatro reais) para 2 (dois) participantes, conforme proposta.

1.9 Escolha e Justificativa do Objeto

O curso à distância “Especialista em Retenções Tributárias” ministrado pela empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora atende aos requisitos necessários para capacitação dos servidores envolvidos nas atividades relacionadas à incidência do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelos órgãos públicos federais.

Esta contratação também está alinhada ao objetivo estratégico - PEI: SOCIEDADE: 1 - Garantia dos direitos da cidadania; 2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa. PROC INTERNOS: 1 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. PESSOAS/RECURSOS 1 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas – Minimização de equívocos de interpretação normativa; 2 - Fortalecimento da governança - aumento da qualidade na produtividade.

O curso terá como facilitador Alexandre Marques Andrade Lemos. Carga horária: 24 horas-aula. O curso estará disponível a partir da inscrição.

1.10 Adequação do Ambiente

Não se aplica. Curso 100% on-line.

1.11 Orçamento Estimado

A proposta apresentada pela Open Treinamento e Editora tem o valor especial de R\$ 1.574,00 (um mil e quinhentos e setenta e quatro reais) para 2 (dois) participantes, conforme proposta anexa.

Irão realizar o curso as servidoras Nádia Issa Musse e Ana Cláudia da Silva Gubert.

2 Análise de Riscos

RISCO 1: Empresa sem regularidade fiscal			
Probabilidade:	(X) Baixa 1	() Média 3	() Alta 5



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo 1	<input type="checkbox"/> Moderado 3	<input checked="" type="checkbox"/> Alto 5	
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	<input type="checkbox"/> Baixo 1*	<input checked="" type="checkbox"/> Médio 3- 5**	<input type="checkbox"/> Elevado 9-15**	<input type="checkbox"/> Extremo 25**
Danos potenciais:	Impossibilidade de realização do curso			
Ação mitigatória 1:	Verificação prévia da regularidade			
Recursos requeridos:	RH, computador e <i>internet</i>			
Responsável:	Integrante administrativo da equipe de Planejamento da Contratação			
Ação de contingência 1:	Não há			
Recursos requeridos:				
Responsável:				
Gestor do Risco:	Titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/EJESC			

RISCO 2: Não atingimento dos resultados esperados				
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa 1	<input type="checkbox"/> Média 3	<input type="checkbox"/> Alta 5	
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo 1	<input type="checkbox"/> Moderado 3	<input type="checkbox"/> Alto 5	
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo 1	<input type="checkbox"/> Médio 3-5	<input type="checkbox"/> Elevado 9-15	<input type="checkbox"/> Extremo 25
Danos potenciais:	inexistentes			
Ação mitigatória 1:	Não há			
Recursos requeridos:	RH, computador e <i>internet</i> .			
Responsável:	Integrante técnico da equipe de Planejamento da Contratação			
Gestor do Risco:	Titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/EJESC			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3 Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Considerando as conclusões obtidas nos presentes Estudos Preliminares, conclui-se pela viabilidade da contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora, a fim de promover a realização do evento, modalidade à distância, " Especialista em Retenções Tributárias ".



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Contratação da empresa *Open* Treinamentos Empresariais e Editora, a fim de promover a realização do evento, modalidade à distância, "Especialista em Retenções Tributárias", para as servidoras Ana Cláudia da Silva Gubert e Nádia Issa Musse. O curso estará disponível a partir das inscrições.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

A participação das servidoras nesse evento é imprescindível em face das alterações na gestão tributária de contratos advindas do final do exercício, todas de aplicação imediata. A atualização do conhecimento normativo é indispensável para o resultado do trabalho desenvolvido na Seção de Preparação de Pagamentos e Análise tributária, além de permitir a multiplicação dos conhecimentos adquiridos e a atualização dos materiais de consulta disponíveis.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Por tratar-se de curso completo, sobre a incidência do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelos órgãos públicos das diversas esferas de governo, que contempla de forma dinâmica as recentes alterações das normas vigentes acerca da matéria, ministrado por renomado autor de uma das obras mais completas nessas áreas de atuação, certamente teremos o potencial de interpretação normativa dos servidores da COFIC aprimorado e ampliado para melhor aplicar a teoria à prática. Salieta-se, ainda, a necessidade da atualização dos materiais de consulta disponíveis e a possibilidade de multiplicar os conhecimentos adquiridos.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"> Objetivo estratégico – Sociedade: 1 - Garantia dos direitos da cidadania; 2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa. Proc Internos: 1 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Ação estratégica – Pessoas/Recursos 1 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; 2 - Fortalecimento da governança.
PA	Anexo I – Item 45 – cursos-inscrições



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Páginas 8-12 do PAE n. 9.655/2020.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Inscrição de duas servidoras

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

- a) Nome: Curso “Especialista em Retenções Tributárias”
- b) Empresa: *Open* Treinamentos Empresariais e Editora
- c) Período: O curso estará disponível a partir da inscrição (o curso já está disponível)
- d) Carga horária: 24 horas/aula
- e) Quantidade de servidoras: 02 servidoras
- f) Modalidade: À distância
- g) Facilitador: Alexandre Marques Andrade Lemos
- h) Conteúdo programático: anexo ao PAE nº 9.655/2020.

2.8 Serviços Adicionais

Não se aplica.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

Não se aplica.

2.10 Seleção do Fornecedor

A contratação é por inexigibilidade de licitação.

A empresa *Open* Treinamentos Empresariais e Editora apresenta bom conceito junto ao mercado, trabalhando com profissionais com notória especialização. Prestou serviços similares, com custo equivalente no ano de 2019.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10.1 Critérios de Habilitação

Regularidade fiscal e trabalhista.

2.10.2 Critérios Técnicos Obrigatórios

Não se aplica.

2.10.3 Critérios Técnicos Opcionais (Licitação tipo "melhor técnica" e "técnica e preço")

Não se aplica.

2.10.4 Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade.

2.12 Impacto Ambiental

A empresa deverá minimizar o impacto ambiental com a disponibilização do material de apoio no formato digital.

2.13 Conformidade Técnica

Não se aplica.

2.14 Obrigações da Proponente

Não se aplica,

2.15 Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente projeto básico;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993; e
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16 Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico e na proposta da empresa, constante neste PAE.
- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica da modalidade à distância, com base no conteúdo programático especificado em sua proposta;
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme proposta anexada ao PAE, valor especial de lançamento de R\$ 787,00 para cada servidora, totalizando R\$ 1.574,00.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Curso com carga horária equivalente a 24 horas, abrangendo:

1. Importância da Gestão Tributária.

- Relação custo x benefício da Gestão Tributária de Contratos: vale a pena investir recursos próprios no recolhimento de retenções descontadas de terceiros?
- Modelos de Gestão Tributária de Contratos: repensando o fluxo dos processos de contratação e pagamento visando a redução de prejuízos e riscos de natureza tributária.
- O aprimoramento dos mecanismos de fiscalização: como os sistemas de nota fiscal eletrônica, o eSocial e a EFD-Reinf têm facilitado a autuação dos tomadores de serviços que cometem falhas no recolhimento das retenções tributárias.
- Responsabilidade tributária dos contratantes: o que pode acontecer com o tomador de serviço que deixa de efetuar as retenções tributárias exigidas em lei?
- Responsabilidade tributária dos convenientes: quem é responsável pelo recolhimento das retenções tributárias nos convênios públicos?
- Quais consequências podem advir para o concedente e o conveniente em caso de autuação ou notificação fiscal? Há responsabilidade solidária?
- Distinção entre responsabilidade tributária, trabalhista e administrativa. A responsabilidade tributária quanto às retenções na fonte é solidária, subsidiária ou exclusiva?



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2. Responsabilidades Tributárias relativas ao INSS
3. Retenção de ISS - Imposto Sobre Serviços na contratação de pessoas físicas e empresas
4. Retenção de Imposto de Renda (IRRF) e das Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS)
5. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre contratos de prestação de serviços

3.1.1 Marcas e Modelos/Códigos de Referência

Não se aplica.

3.1.2 Códigos SIASG

Não se aplica.

3.1.3 Vigência

Não se aplica.

3.2 Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 22 de abril de 2020.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A CCM/SPPAT manterá contato com a empresa durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços a serem prestados.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

O curso "Especialista em Retenções Tributárias", oferecido pela empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora, tem como facilitador e instrutor Alexandre Marques Andrade Lemos, com carga horária equivalente a 24 horas. O conteúdo do curso estará disponível durante 120 dias.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- Acesso ao conteúdo do curso durante 120 dias.
- Um exemplar físico do livro Gestão Tributária de Contratos e Convênios, a obra mais completa do mercado sobre as principais retenções e encargos incidentes na fonte, além de textos e links para conteúdos relevantes.
- 30 dias de acesso ao Sistema Web Gestão Tributária voltado para a apuração dos principais tributos incidentes sobre a contratação de terceiros (pessoas físicas e jurídicas).
- 5 lives com o professor Alexandre Marques e dúvidas respondidas tanto pelo Instrutor quanto pela Equipe de Tutoria durante o treinamento.
- Certificado de 24 horas/aula

1.3. Instrumentos Formais

Será gerada a NE.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.

1.5. Acompanhamento do Contrato

A CMP/SPPAT será responsável pela contratação.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Caberá a CCM/SPPAT o recebimento do serviço e a atestação de sua execução.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Pagamento

Será realizado após a finalização do curso com o cumprimento das demais obrigações.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica

1.11. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste projeto básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.12. Penalidades

Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste projeto básico, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.